



O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO PORTO DE PONTA NEGRA (TPN) PODE MUDAR A SAQUAREMA QUE CONHECEMOS

“Nós moradores de Saquarema e o mundial de Surf (WSL) não queremos surfar no óleo!”

Zélia Maciel

Pg. 04

SUMÁRIO

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS	Pg.02
ROYALTIES DO PETRÓLEO	Pg.02
FÓRUM “ROYALTIES DO PETRÓLEO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL”	Pg.03
PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO PORTO DE PONTA NEGRA	Pg.04
LINHA DO TEMPO TERMINAL PORTUÁRIO DE PONTA NEGRA	Pg.05
XXV ENCOB 2023	Pg.06
PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM	Pg.06
FOSSAS DE BANANEIRAS	Pg.07
DÉCADA DOS OCEANOS	Pg.07
AÇÕES DO PROJETO NEA-BC EM SAQUAREMA 2023	Pg.08



CONFIRA A LINHA DO TEMPO DO TERMINAL PORTUÁRIO DE PONTA NEGRA (TPN)

Pg. 05



PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM

Pg. 08

Conheça o Núcleo Operacional de Saquarema e participe das atividades!



COMO FOI MINHA EXPERIÊNCIA AO PARTICIPAR DO IV PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS (PRÓ LIDERANÇAS) DO PROJETO NEA-BC

O Projeto NEA-BC, em cada uma das suas fases, realiza o Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças (Pró-Lideranças) nos 13 municípios de abrangência. Nas regiões Lagos, Baixada Litorânea e Norte Fluminense, incluindo Saquarema. Nesta IV fase, o programa buscou formar lideranças comunitárias e promover a participação social.

O Programa de Formação foi aberto à comunidade e direcionado a jovens e adultos que se interessavam pelos temas de Educação Ambiental, Políticas Públicas, Políticas Socioespaciais e Ambientais, Controle Social e Incidência Política, que foram abordados por facilitadores especializados. Cabe ressaltar que o programa foi executado entre novembro de 2022 e maio de 2023.

Pessoalmente, eu gostei muito de participar do Pró-Lideranças IV, pois ele proporcionou novos conhecimentos em temáticas como políticas públicas, educação ambiental, etnia/raça/gênero e juventude, formação socioespacial brasileira, desenvolvimento territorial, projetos de lei, comunicação e mobilização, fortalecimento das lideranças comunitárias, entre outros.

A metodologia utilizada em cada encontro estimulou nossa consciência crítica e autonomia, além de contar com profissionais especializados em cada área para debater profundamente a realidade local e regional. Os encontros, a cada quinze dias, foram compostos por um espaço aberto ao diálogo de saberes, aos debates e reflexões, onde todos puderam interagir e participar coletivamente. Valeu a pena cada sábado de estudo, pois foram adquiridos grandes aprendizados profissionais e pessoais. Que venham outros.

Vilma Attianesi, Comunitária participante do Grupo Gestor Local

ROYALTIES DO PETRÓLEO

Os royalties estão entre as maneiras mais antigas de pagamento de direitos de propriedade. O primeiro aspecto que precisamos considerar para entendermos esta e outras participações governamentais é que o petróleo pertence, a princípio, ao povo brasileiro.

Assim, os royalties do petróleo são uma indenização à coletividade (representada pelos seus governos federal, estadual e municipal) afetada pela exploração deste recurso não renovável. Eles são pagos mensalmente ao governo federal, aos estados e municípios. Além dos royalties, as empresas também pagam, a cada três meses, as chamadas participações especiais.

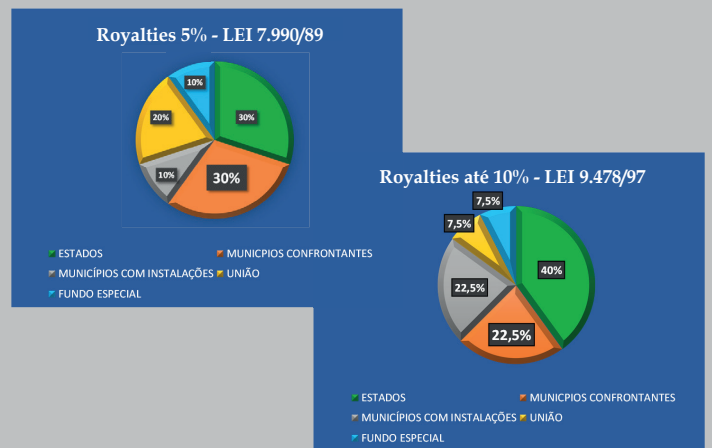
CONHEÇA A LINHA DO TEMPO DOS ROYALTIES NO BRASIL



AGORA PARA SABER COMO É REALIZADA A REDISTRIBUIÇÃO TEMOS QUE CONHECER DUAS LEIS PRINCIPAIS!

A Lei 7.990 de 1989 que regula a distribuição dos royalties até 5%, destacando as fatias destinadas aos municípios.

A Lei 9.478 de 1997 que regula a distribuição da parcela entre 5% e 10%, elevando o percentual dos royalties e que institui as participações especiais e regime de concessão¹.



As legislações que regulam a cobrança e a distribuição dos royalties podem ser passíveis de mudança, como qualquer lei, mas o direito dos estados e municípios confrontantes à participação nas compensações, estão previstas na Constituição Federal.

¹ Participação Especial: é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção (https://www.gov.br/anp/pt-br/canais_atendimento)

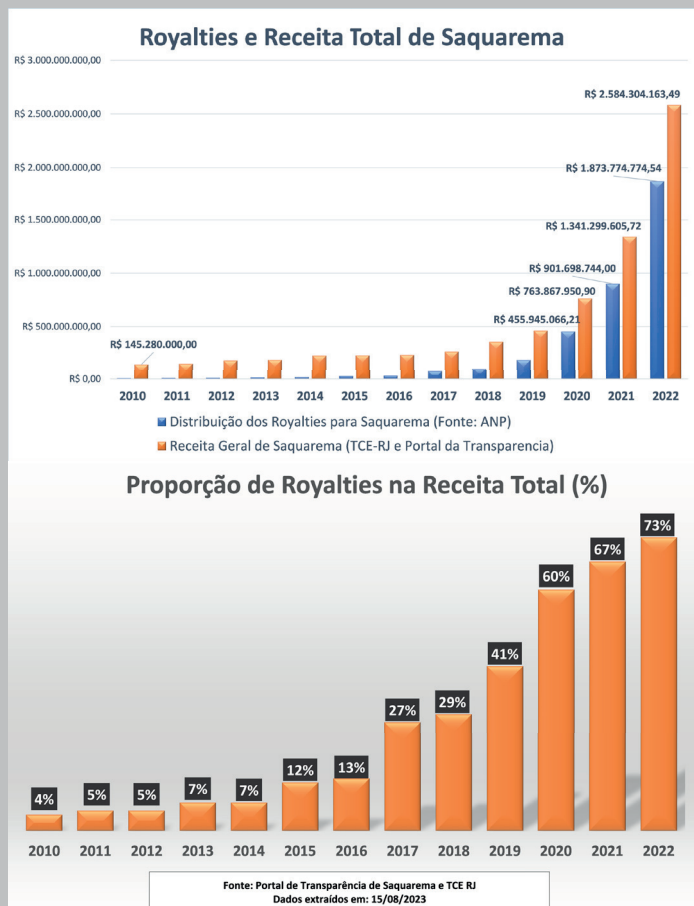
² Regime de concessão é o risco de investir e encontrar - ou não - petróleo ou gás natural, sendo ele totalmente de responsabilidade da empresa concessionária, que tem a propriedade de todo o óleo e gás que venha a ser descoberto e produzido na área concedida. Por esse modelo de contrato, a concessionária paga participações governamentais. (<https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/entenda-as-rodadas/os-regimes-de-concessao-e-de-partilha>)

PROJETO NEA-BC DE SAQUAREMA REALIZA O FÓRUM “ROYALTIES DO PETRÓLEO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL”

O Grupo Gestor Local do projeto NEA-BC de Saquarema realizou, no dia 19 de agosto de 2023, o Fórum Royalties do Petróleo e Desenvolvimento Territorial “Propostas para uma Saquarema mais sustentável”, na FAETEC Hélder Vignoli Muniz, em Bacaxá.

O objetivo do fórum foi construir e disseminar conhecimento acerca dos royalties, seus impactos e as alternativas para um desenvolvimento socioeconômico sustentável, a partir da organização comunitária e da participação das comunidades na gestão pública.

Com base do monitoramento do orçamento público municipal realizado pelo grupo, foi possível mostrar aos participantes do evento a evolução orçamentária municipal nos últimos 10 anos e a proporção e previsão dos royalties na receita total do município para 2023.



O palestrante Antônio Leandro Crespo de Godoy, coordenador e docente do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo no Instituto Federal Fluminense, apresentou o estudo de caso do município de Campos dos Goytacazes, onde foi observado o que ocorreu no território ao longo dos anos, quando as reservas de petróleo e arrecadação de royalties tiveram o seu ápice e posteriormente o declínio.

A palestrante Isroberta Araújo, pesquisadora social do projeto NEA-BC, abordou os impactos dos royalties no município de Saquarema, trazendo uma reflexão sobre as mudanças que estão ocorrendo hoje no município, juntamente com o que se espera para o futuro, quando essas receitas não mais existirem, pois os royalties são finitos e representam hoje mais de 80% de toda a receita do município.

Representantes do Grupo Gestor Local e a Educadora Social de Saquarema também apresentaram a legislação, a distribuição e uso dos royalties. Eles falaram sobre a distribuição dessas rendas vindas da exploração do Petróleo e Gás na bacia de campos e Santos, assim como dados do aumento exponencial da dependência deste recurso na receita total do município. Os participantes fizeram algumas perguntas, sendo elas respondidas pelo grupo e pelos palestrantes.

O público debateu e construiu propostas nas mesas de discussão que serão levadas ao poder público. Os temas debatidos foram:

- Desenvolvimento local e regional - diversificação na aplicação dos Royalties.
- Diversificação e sustentabilidade econômica a longo prazo - experiências dos fundos soberanos.
- Gestão participativa do orçamento e controle social - orçamento participativo.

E por falar em poder público, de todos representantes que foram convidados, somente o Sr. Wellington, da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca esteve presente e doou aos participantes várias mudas de espécies nativas da Mata Atlântica.

Entre os participantes, quatro se voluntariaram para fazer parte da comissão que acompanhará o andamento das propostas formuladas.



Foto 1. Início do Fórum. Foto 2. Participantes do Fórum.

O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO PORTO DE PONTA NEGRA (TPN) PODE MUDAR A SAQUAREMA QUE CONHECEMOS

A empresa DTA Engenharia comprou um imóvel em Maricá/RJ em 2011, pensando em utilizar para o projeto Terminais Ponta Negra (TPN), também conhecido como Porto de Jaconé. Desde então, existe um imbróglgio ambiental e judicial pela construção deste porto num território vocacionado para o turismo esportivo, ambiental e cultural, onde antigamente existia a chamada Praia do Sossego.

Nos últimos onze (11) anos o processo de Licenciamento Ambiental passou por um embate judicial, porém, em julho de 2021, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) suspendeu a antecipação de tutela, concedida pela 3ª Vara Federal de Niterói, que suspendia as licenças prévias para a execução do empreendimento, o que atendia à ação civil pública (ACP) impetrada pelos MPF e MPRJ. A decisão atende recurso da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RJ) contra a sentença de primeira instância, onde aponta que o Terminal Ponta Negra (TPN) é uma importante fonte de arrecadação. Mas lembremos que na ação do Ministérios Públicos Federal e Estadual, os órgãos também alegam insuficiência de estudos de impacto ambiental para o licenciamento prévio.

A Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) da Secretaria de Estado do Ambiente autorizou, em dezembro de 2021, a licença ambiental para a construção do Terminal Ponta Negra. A liberação foi aprovada pelo INEA, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 8 de fevereiro de 2022 e o prazo de validade é de sete anos (2029).

Com a aprovação da licença de instalação sem considerar o conjunto de impactos do empreendimento e sem a devida legalidade do processo, a sociedade civil e as instituições provocaram um evento para discutir os impactos socioambientais do Terminal Portuário Ponta Negra (TPN) - Porto de Jaconé, este evento foi organizado e realizado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ) no centro do Rio. Para uma maior participação no evento, o Comitê de Bacia Hidrográfica Lago São João (CBHLSJ) auxiliou com apoio logístico aos manifestantes que, na ocasião, debateram sobre o tema.

Ainda assim, o INEA, liberou a licença totalmente à

revelia das alegações do MPRJ/GAEMA, porém, não participou do debate, assim como, a empresa DTA, a Marinha do Brasil, o poder público de Maricá e de Saquarema.

Alguns dos questionamentos dos moradores, sociedade civil, universidades e instituições que participaram do evento no CREA-RJ foram:

Por que não estão respeitando os processos de licenciamento ambiental?

Por que o INEA é permissivo com a insuficiência de estudos de impacto ambiental para conceder a licença de instalação?

Como suportar um terminal portuário que não mostra a realidade dos impactos para a população?

Dará emprego para os pescadores, moradores, que não terão mais seu sustento?

Como reflexão, vimos no evento que as pessoas a favor do porto são, na maioria, jovens desempregados, que se iludem com as promessas de emprego, ignorando as problemáticas de um porto na sua totalidade. Que benefícios reais um empreendimento desse porte traz para uma cidade tão

abençoada como Saquarema que tem suas belezas naturais, potencial turístico e econômico.

Finalizando o evento, o Grupo Gestor Local do projeto NEA-BC de Saquarema participou da leitura da carta manifesto e do parecer técnico do movimento "SOS Porto Não" contra a emissão da licença de instalação e a construção do porto, onde pontuava a inconsistência e ilegalidade desse projeto, em seus estudos de impactos ambientais e no devido processo.



Foto: arquivo pessoal

“
No nosso município vizinho, Maricá segue nessa ideia de um PORTO TORTO. Mas a pergunta é: um Porto para quem? E para quê? Nós moradores de Saquarema e o mundial de Surf (WSL) não queremos surfar no óleo!
”

Zélia Maciel

LINHA DO TEMPO

TERMINAL PORTUÁRIO DE PONTA NEGRA (TPN)

2012

Abertura de pedido de licença, do empreendimento, ao INEA, sob o processo E-07/503139 datado em 26/3/2012.

2012

Lei nº 2.483/2013 - Criação de Área de Especial Interesse Urbanístico e Econômico, voltada para atividades de Logística, Portuária e Industrial.

2015

Parecer Técnico 046/2015 do GATE (Grupo de Apoio Técnico Especializado) do Ministério Público - RJ, com questionamentos sobre o EIA/RIMA apresentado pela empresa DTA Engenharia para obtenção da LP do Terminal Ponta Negra.

2015

Audiências públicas sobre TPN realizadas em 24 e 25/02 nas cidades de Maricá e Saquarema, respectivamente, para dialogar com a população sobre o empreendimento.

2015

Abertura de processo de tombamento estadual do geos sítio, que foi considerado legal pelo INEA, pela assessoria jurídica da SEDEIS e pelo Conselho de Cultura do Estado.

2015

Casa Civil do Governo Estadual determina o arquivamento do processo de tombamento.

2015

Emissão da Licença Prévia (LP) em 19/08 e publicação da mesma na data de 31/08/2015. Nº da licença IN031414 - data de validade: 09/08/2020.

2015

DRM-RJ emite parecer onde considera que a implantação do TPN acarretará perda e descaracterização do patrimônio geológico.

2015

Ação civil pública do MPF e MPE-RJ contra União Federal, Estado do Rio de Janeiro e município de Maricá para proteção do patrimônio representado pelos beachrocks de Jacané -Processo 0135094-20.2015.4.02.5102.

2015

3ª Vara MPF de Niterói determina que "se abstenham de praticar qualquer ato ou omissão tendente a suprimir (...) ou descaracterizar, total ou parcialmente, direta ou indiretamente o patrimônio cultural e arqueológico referente aos Beachrocks de Jacané."

2016

DRM-RJ: Parecer oposto ao de 2015, onde não considera que os beachrocks constituam sítios de relevante valor que justifiquem o tombamento de toda a área proposta pelo processo do INEPAC.

2017

PL 2590/2017 protocolado na ALERJ que determina o tombamento dos beachrocks de Jacané como patrimônio histórico e cultural.

2017

Tribunal Regional Federal 2 - mantém a decisão de não autorizar o licenciamento.

2017

Lançamento do documentário "Beachrocks em Chamas" pelo Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA/MPRJ) mostrando os possíveis impactos socioambientais do empreendimento.

2017

3ª Vara Federal de Niterói veda o licenciamento (proibido dar a Licença de Instalação - LI) até solução para proteção dos beachrocks de Jacané e prévia anuência do Ibama para supressão da vegetação nativa (IBAMA e IPHAN).

2017

TRF-2: afastamento de suas funções dos três geólogos/as comissionados/as do DRM-RJ que assinaram o parecer de 15/12/2016.

2018

Exoneração de seus cargos dos três geólogos/as comissionados/as do DRM-RJ que assinaram o parecer de 15/12/2016.

2018

Audiência pública ALERJ e apresentação de novo projeto de TPN.

2019

GAEMA/MPRJ e a Procuradoria Regional da República 2ª Região (MPF) protocolam recomendação Ministerial solicitando ao INEA que revogue a Licença Prévia expedida para o empreendimento do (TPN).

2019

Grupo de Ação Civil Pública, da GAEMA/MPRJ e do MPF, através da Procuradoria da República em Niterói, prevendo a proibição do empreendedor iniciar qualquer obra pertinente ao TPN, a vedação de concessão de qualquer outra Licença ou Autorização ambiental, e a imediata suspensão dos efeitos da Licença Prévia INEA nº IN031414.

2021

Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) suspendeu antecipação de tutela, concedida pela 3ª Vara Federal de Niterói, que suspendia as licenças prévias para a execução do empreendimento, que atendia à ação civil pública (ACP) impetrada pelos MPF e MPRJ.

2022

A comissão estadual de controle ambiental (CECA), vinculada à secretaria de estado do ambiente, autorizou no dia 23/12 a licença ambiental para a construção do TPN. Esta licença é válida até (24/01/2029). Código do processo: UN026622/33.22.35.

2022

A liberação foi aprovada pelo instituto estadual do ambiente (INEA) e publicada no diário oficial do estado. Licença de instalação li nº in052611, com validade até (24/09/2029) que autoriza a implantação. (processo nº: e-07/002.7469/2016).

2023

Deliberação Nº 129, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional De Transportes Terrestres (ANIT), aprova o contrato de adesão para outorgar a construção e exploração de estrada de ferro localizada entre os municípios de maricá e rio bonito, pelo prazo de 99 (noventa e nove) anos, requerimento da empresa DTA ENGENHARIA LTDA.

2023

Um grupo de manifestantes do movimento "SOS Jacané, Porto Não" aproveitou o aniversário de Saquarema para realizar uma atividade de conscientização sobre os impactos socioambientais do TPN.

2023

Evento que discutiu os impactos do (TPN), organizado e realizado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ). Teve participação do movimento SOS Jacané, Porto Não", da Comissão em Defesa do Meio Ambiente (CDMA)-ALERJ e lideranças que estão contra a construção do TPN.

2023

Um grupo de manifestantes do movimento "SOS Jacané, Porto Não" aproveitou a ocasião do Mundial de Surf em Saquarema e mobilizou esportistas, ambientalista e público em geral, para assinar um abaixo-assinado contra a construção do TPN.

2023

No dia da padroeira de Saquarema, o movimento "SOS Jacané, Porto Não" realizou atividades pedagógicas de conscientização e informação sobre o TPN no centro de Saquarema e Praia de Jacané. Além de mobilizar a população para assinar o abaixo-assinado.

PROJETO NEA-BC DE SAQUAREMA PARTICIPA DO XXV ENCOB 2023

O XXV Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) foi realizado em Natal RN, em agosto, com a temática: *Águas do Brasil: Governança, adaptação e desenvolvimento*.

A participação de Vinicius Mendes, integrante do Grupo Gestor Local (GGL) do projeto NEA-BC de Saquarema, teve como objetivo a apresentação de uma experiência exitosa do Conselho Gestor do Subcomitê da Lagoa de Saquarema com três instituições da sociedade civil, entre elas Associação Raízes/projeto NEA-BC, seu trabalho e articulação com outras instituições desde 2021, assim como a importância da prática da coletividade e da participação social na gestão ambiental pública.

O trabalho Acadêmico, intitulado "Das Raízes da Sociedade Civil, a participação cidadã do Subcomitê da lagoa de Saquarema na defesa ao meio ambiente" foi apresentado no evento e será um dos artigos publicados no e-book do ENCOB, junto com outros trabalhos acadêmicos escritos por membros dos Comitês de Bacia Hidrográfica de todo Brasil.

Além da apresentação do trabalho acadêmico, Vinius, representante do GGL de Saquarema, teve a oportunidade de palestrar no stand "Encontro das Águas" sobre a Microbacia de Saquarema e sua atuação junto a sociedade e poderes públicos em prol da recuperação e conservação do sistema lagunar.

O evento proporcionou a seus participantes novos aprendizados e troca de experiências com pessoas de todo país, em temáticas como: educação ambiental, mobilização social e política dos recursos hídricos. Este encontro foi uma oportunidade única para obter conhecimento e disseminar o aprendizado adquirido sobre nosso território.

Vinicius Mendes



Fotos: arquivo pessoal



O projeto NEA-BC em Saquarema tem várias atividades no mês. E você, morador da cidade, está convidado a conhecer o Núcleo Operacional e participar das atividades!

O Grupo Gestor Local (GGL) é formado por moradores de Saquarema que têm como um de seus objetivos construir e disseminar conhecimento de forma coletiva, buscando melhorias nas políticas públicas do município a partir do diálogo com o poder público e com a sociedade civil.

Estamos te esperando!

☎ (22) 99806-2833

📍 Rua Beatriz Amaral, 26 - sala 10, Bacaxá. Saquarema.

🌐 www.associacaoraizes.org.br

FOSSAS DE BANANEIRAS: UMA SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL PARA O TRATAMENTO DE ESGOTO

Uma iniciativa inovadora está chamando a atenção e conquistando reconhecimento como uma solução sustentável para o tratamento de esgoto. As chamadas "fossas de bananeiras" vêm ganhando destaque e se mostrando uma alternativa eficaz para lidar com a questão do saneamento básico.

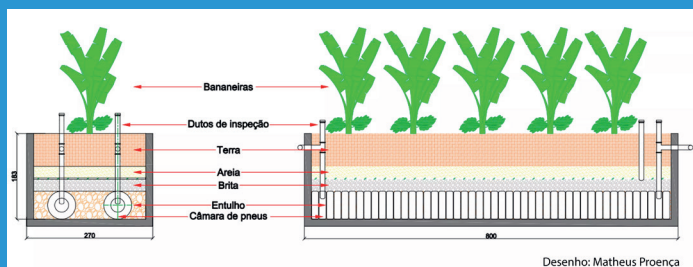
O projeto, desenvolvido por um grupo de engenheiros e ambientalistas, utiliza um ecossistema de bananeiras para criar um sistema natural de tratamento de esgoto. A ideia por trás dessa inovação é a capacidade natural das raízes das bananeiras de absorver e filtrar os nutrientes presentes no esgoto, transformando-o em água limpa.

O processo funciona da seguinte forma: as águas residuais são direcionadas para uma série de valas preenchidas com bananeiras. À medida que a água passa pelas raízes das plantas, estas absorvem os nutrientes, como nitrogênio e fósforo, por exemplo. O resultado final é a purificação da água que pode ser devolvida ao ambiente de forma segura, sem prejudicar a natureza.

Além de ser uma solução simples, as fossas de bananeiras também têm um baixo custo de manutenção em comparação com os sistemas convencionais de tratamento de esgoto. Isso torna a tecnologia acessível a comunidades de menor poder aquisitivo, que muitas vezes sofrem com a falta de infraestrutura sanitária.

A iniciativa das fossas de bananeiras não só contribui para a preservação do meio ambiente, mas também melhora significativamente a qualidade de vida das pessoas, reduzindo o risco de doenças relacionadas à contaminação da água. Além disso, demonstra o potencial das soluções baseadas na natureza para resolver desafios globais, como o saneamento básico.

Vinicius Freitas - GGL Saquarema



Fonte: <https://globorural.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/03/gestor-ambiental-reaproveita-residuos-do-vaso-sanitario-para-plantar-aboboras-de-forma-sustentavel.html>

SOCIOAMBIENTAL

DÉCADA DOS OCEANOS. O QUE DEVEMOS SABER?

Em 2015 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nela foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente, o Objetivo 14 da Agenda 2030, Vida na Água, visa conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos.

Portanto, a primeira Avaliação Mundial dos Oceanos, concluída pelas Nações Unidas em 2016, destacou a urgência para o controle das atividades nos oceanos, sendo proclamada em 2017 a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, a ser implementada entre 2021 e 2030.

A Década dos Oceanos surge da necessidade de se atuar em prol da saúde oceânica. Esta Década será para todos: cientistas, organizações intergovernamentais e não governamentais, nações, indivíduos, institutos de pesquisa, profissionais, setor privado, povos indígenas, detentores de conhecimentos tradicionais, educadores, estudantes, usuários esportivos do oceano e muitos outros.

A criação dessa década tem como intuito a mobilização para arrecadação de recursos e fomento à inovação tecnológica voltadas para a área de ciência oceânica, focado em entregar os seguintes resultados à sociedade:



Um oceano limpo;



Um oceano saudável e resiliente;



Um oceano previsível;



Um oceano seguro;



Um oceano produtivo e explorado de forma sustentável;



Um oceano transparente e acessível;



Um oceano conhecido e valorizado por todos.

É importante compreender que os oceanos são importantes moduladores do clima global e dos riscos naturais relacionados às condições meteorológicas, logo, mudanças que ocorrem nos oceanos e no meio ambiente, tendem a influenciar na vida humana. Somos uma unidade com o planeta!

AÇÕES DO PROJETO NEA-BC EM SAQUAREMA 2023



Pró Lideranças Regional de Jovens



Pró Lideranças Regional de Adultos



Reunião da Comissão Regional de Recursos Hídricos e Saneamento



Audiência Pública - Etapa 4 - Pré Sal



Reunião de GGL



Pró-Lideranças IV - EA12 - Avaliação e Certificação



Cine Debate TPN



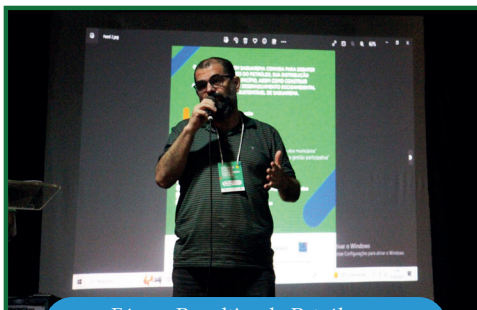
Visita Técnica a Praia de Jaconé - Local do Terminal Portuário Ponta Negra



Intercâmbio com o GGL de São Francisco de Itabapoana - Maricá



Participação na Jornada de Turismo Fluminense



Fórum Royalties do Petróleo e Desenvolvimento Territorial



Fórum Royalties do Petróleo e Desenvolvimento Territorial

Fotos: arquivo pessoal

EXPEDIENTE

Realização: Grupo Gestor Local de Saquarema. Colaboradores: Vilma Attianesi, Vinicius Mendes, Vinicius Freitas, Edivaldo Brasil, Marley Brasil, Rosa Gardner, Rajã Arlotta, Vania Monte e Zélia Maciel. Educadora Social Responsável: Alejandra Aguilar. Assistente de Mobilização e Logística (AML): Nattaly Meneses - (22) 998062833 ou nattaly@neabc.org.br. Periodicidade: Semestral. Distribuição Virtual e Física. Edição: #12